



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito

Divisão Académica
Gabinete de Estudos Pós-Graduados

Mestrado Profissionalizante 2014-2015

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO (TURMA B)

PROF. DOUTORA PAULA ROSADO PEREIRA

Sumário

O programa visa a aquisição pelos mestrandos de um conhecimento teórico aprofundado do procedimento e do processo tributário, relacionando os respectivos regimes com os conceitos e os princípios fundamentais do Direito Fiscal e da actuação da Autoridade Tributária.

Procura privilegiar-se a capacidade para interligar os aspectos teóricos com a aplicação prática do procedimento e do processo tributário e para relacionar as diversas matérias abordadas, contribuindo assim para o desenvolvimento das aptidões dos mestrandos em termos de resolução de casos práticos de alguma complexidade em sede de procedimento e de processo tributário.

Outro objectivo fundamental é o de que o conhecimento teórico-prático dos regimes seja acompanhado por uma análise crítica dos mesmos, bem como pela ponderação de eventuais alternativas, designadamente ao nível dos meios alternativos de resolução de litígios em matéria tributária.

Programa

I - Aspectos Introdutórios

1. Tipos de actos da Administração Tributária
2. Actos tributários



**Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito**

Divisão Académica
Gabinete de Estudos Pós-Graduados

- 2.1. Actos tributários em sentido restrito
- 2.2. Actos administrativos em matéria tributária
- 3. Garantias dos contribuintes
 - 3.1. Garantias administrativas
 - 3.2. Garantias jurisdicionais
- 4. Prescrição e caducidade

II - Contencioso Tributário

- 1. Contencioso pleno
- 2. Contencioso de legalidade
- 3. A legitimidade
- 4. Jurisdição tributária e competência dos tribunais tributários
- 5. Princípios do contencioso tributário

III - As Acções do Contencioso Tributário e Respectivo Regime

- 1. Introdução
- 2. Processo de impugnação judicial
 - 2.1. Regime
 - 2.2. Impugnação judicial, reclamação e recurso hierárquico
 - 2.3. As impugnações dependentes de prévia reclamação, revisão ou recurso hierárquico como especificidades do contencioso tributário
 - 2.3.1. O mero erro na quantificação da matéria tributável ou nos pressupostos de aplicação de métodos indirectos
 - 2.3.2. A impugnação de correcções de natureza quantitativa
 - 2.3.3. A impugnação de actos de fixação dos valores patrimoniais
 - 2.3.4. A impugnação da autoliquidação, retenção na fonte e pagamentos por conta
 - 2.3.5. A impugnação em caso de substituição tributária
- 3. Acções para reconhecimento de um direito ou interesse em matéria tributária
- 4. Intimação para um comportamento
- 5. Providências cautelares a favor do contribuinte
- 6. Impugnação de providências cautelares adoptadas pela Administração Tributária
- 7. Processos referentes à derrogação do sigilo bancário
- 8. Processo de execução fiscal
- 9. Recursos das decisões dos tribunais tributários



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito

Divisão Académica
Gabinete de Estudos Pós-Graduados

IV - A Importância do Pré-Contencioso e dos Meios Alternativos de Resolução de Litígios em Matéria Tributária no Direito Fiscal

1. As informações vinculativas: justificação e análise crítica do regime
2. Acordos prévios de preços de transferência
 - 2.1. Enquadramento geral
 - 2.2. Regime português
 - 2.3. Fórum de Preços de Transferência da CE
3. A arbitragem como alternativa ao contencioso
 - 3.1. A arbitragem em matéria tributária no Direito Português
 - 3.2. A Convenção de Arbitragem 90/436/CEE e o Código de Conduta
 - 3.3. A arbitragem nas Convenções de Dupla Tributação

V - As Características da Relação Jurídica Tributária e Sua Influência no Contencioso Tributário

1. A relação jurídica tributária centrada nos deveres de cooperação do sujeito passivo e na tributação segundo métodos directos
 - 1.1. A violação de deveres de cooperação e a sua influência na admissibilidade dos métodos indirectos ou presuntivos
 - 1.2. A violação de deveres de cooperação e a sua influência na prova no contencioso tributário
2. A indeterminação legal, as tipificações e os actos-massa
3. O papel das presunções nas leis fiscais e a questão da sua admissibilidade

BREVES INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

DIOGO LEITE DE CAMPOS, BENJAMIM SILVA RODRIGUES e JORGE LOPES DE SOUSA, *Lei Geral Tributária – Anotada e Comentada*, 4ª Ed., Encontro da Escrita Editora, Lisboa, 2012.

JOAQUIM FREITAS DA ROCHA, *Lições de Procedimento e Processo Tributário*, 4ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2012.



Universidade de Lisboa
Faculdade de Direito

Divisão Académica
Gabinete de Estudos Pós-Graduados

RUI DUARTE MORAIS, *Manual de Procedimento e Processo Tributário*, Almedina, Coimbra, 2012.

JORGE LOPES DE SOUSA, *Código de Procedimento e de Processo Tributário – Anotado e Comentado*, 5ª Ed., Áreas Editora, Lisboa, 2006 (I volume) / 2007 (II volume).

DIOGO LEITE DE CAMPOS e EDUARDO PAZ FERREIRA (Org.), *A Arbitragem em Direito Tributário – I Conferência AIBAT – IDEFF*, Almedina, Coimbra, 2010.

J. CASALTA NABAIS, *Direito Fiscal*, Almedina, Coimbra, 2012.

JOSÉ LUÍS SALDANHA SANCHES, *Manual de Direito Fiscal*, 3ª Ed., Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

JOÃO SÉRGIO RIBEIRO, *Tributação Presuntiva do Rendimento – Um Contributo para Reequacionar os Métodos Indirectos de Determinação da Matéria Tributável*, Almedina, Coimbra, 2010.

ANDRÉ FESTAS DA SILVA, *Princípios Estruturantes do Contencioso Tributário*, DisLivro, Lisboa, 2008.